

1 ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM MATO-GROSSENSE DE  
2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS - 29/07/2019

3  
4  
5 **Abertura da reunião:** No vigésimo nono dia do mês de julho do ano de dois  
6 mil e dezenove, às 09h, reuniram-se os presentes, conforme lista em anexo,  
7 com a Secretaria Executiva do Fórum Mato-grossense de Mudanças  
8 Climáticas (FMMC), no Espaço Conviver, Secretaria de Estado de Meio  
9 Ambiente (SEMA) - Centro Político Administrativo, em Cuiabá - MT, dando  
10 início à segunda reunião extraordinária do Fórum no ano de 2019 e ao  
11 segundo workshop da Iniciativa Floresta de Conhecimento, apoiada pelo  
12 Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso. **Pauta da reunião:** A  
13 reunião teve como pauta os seguintes assuntos: 1. Aprovação da Ata da  
14 reunião anterior; 2. Capacitação da Floresta de Conhecimento (Projeto  
15 Valorizando as Florestas de Mato Grosso). **Acolhida:** O senhor Alex Sandro  
16 Marega, Secretário Executivo da SEMA-MT, iniciou a reunião abordando a  
17 diminuição da taxa do desmatamento em Mato Grosso. Divulgou que a  
18 SEMA adquiriu o serviço da empresa Santiago e Cintra Consultoria (SCCON),  
19 que possibilita monitoramento diário do desmatamento com imagens de  
20 satélite de alta resolução. São utilizadas imagens disponibilizadas pelos  
21 satélites Planet, além de um sistema de alertas semanais de  
22 desmatamento. O Secretário disse esperar que a ferramenta adquirida  
23 possa auxiliar a zerar o desmatamento ilegal. Falou ainda do termo de  
24 compromisso firmado com o Ministério Público Estadual (MPE), da  
25 contratação de equipe para analisar os Cadastros Ambientais Rurais e de  
26 novos procedimentos elaborados para a análise. Alex mencionou o  
27 Programa REM, lembrando que o programa trará benefícios para os  
28 quilombolas, comunidades tradicionais e indígenas, que contribuem para  
29 manutenção dos serviços ambientais. Informou que o convidado para a  
30 apresentação do workshop era o Instituto de manejo e certificação florestal  
31 e agrícola (Imaflora) e agradecendo à presença do Sr. Ciniro Costa Junior  
32 (Imaflora), frisou a importância da agricultura familiar para o estado.

33 Em seguida, passou a palavra ao Coordenador de Mudanças Climáticas e  
34 REDD+, Maurício Philipp, que agradeceu à presença de todos. Maurício disse  
35 que a capacitação do dia 29 era continuação da reunião anterior, visto que  
36 tinha sido sugestão dos participantes daquele evento. Falou da questão das  
37 emissões de metano pelo rebanho bovino e do potencial de remoções de  
38 CO<sub>2</sub> por meio de pastagens bem manejadas. Disse sobre a floresta bem  
39 manejada também é fonte de remoção de Gases do efeito estufa (GEE).  
40 Falou da importância do balanço de carbono nas propriedades e do papel  
41 que instituições como a Empaer poderiam desempenhar para auxiliar os  
42 pequenos produtores a medirem as emissões e remoções em suas  
43 propriedades. Aprovação da Ata da reunião anterior: Logo em seguida,  
44 Maurício adentrou a primeira pauta do dia e submeteu a ata da reunião  
45 anterior à aprovação. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi  
46 aprovada. Segundo workshop da iniciativa Floresta de Conhecimento:  
47 Maurício mencionou o projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso, no  
48 âmbito do Força tarefa dos governadores para clima e floresta (GCF) e  
49 realizado em Mato Grosso com a parceria do Instituto Centro de Vida (ICV),  
50 passando a palavra para Alice Thuault diretora adjunta do ICV. Alice se  
51 apresentou e agradeceu a presença das instituições e representantes. Em  
52 seguida, fez uma mesa redonda, convidando os senhores Vinicius,  
53 representante do Instituto Ouro Verde (IOV), Leonardo, representante da  
54 SEAF e do subprograma de agricultura familiar, povos e comunidades  
55 tradicionais do Programa REM, Eduardo, representante do ICV, e as  
56 senhoras Estelle Dugachard, representante do Escritório Nacional das  
57 Florestas (ONF Brasil) e Joyce Brandão, representante da Rede Solidaridad.  
58 Foi pedido a cada que se apresentasse e falassem das expectativas do  
59 evento e experiências sobre o tema. O representante do IOV relatou  
60 expectativas de mostrar o trabalho do instituto, aprender e buscar  
61 parcerias. Leonardo dos Santos da Secretaria de Estado de Agricultura  
62 Familiar (SEAF), disse visar buscar informações sobre o avanço da medição  
63 do carbono para pequenas propriedades, de modo a aprender a coletar

64 dados em campo. Estelle (ONF), falou sobre o projeto de reflorestamento  
65 em Cotriguaçu, bem como da experiência que a instituição havia tido em  
66 emitir e comercializar créditos de carbono e de como tal atividade é  
67 complexa. Disse ter a expectativa de saber como medir as emissões e  
68 remoções. Joyce (Solidaridad) disse que já trabalhou com diversas cadeias  
69 produtivas. No município de Novo Repartimento (Pará), muitas unidades  
70 familiares participaram de um projeto, que trabalhou as cadeias produtivas  
71 locais e contrataram o Imaflorea, quando perceberam a necessidade de  
72 identificar as principais práticas que geram impactos para emissão e  
73 remoção de carbono. Focaram no cacau, pecuária e floresta, com a  
74 avaliação de cenários e uso de ferramenta digital que consegue mensurar  
75 emissões e remoções na prática. Eduardo (ICV), falou sobre o programa de  
76 negócios sociais, trabalho voltado para a região norte, noroeste, trabalhando  
77 com cadeias de café, castanha, babaçu e leite. Comentou sua expectativa  
78 de conhecer possíveis projetos, parcerias e aprender mais. Em seguida o sr.  
79 Eliseu da Silva (Xumxum) fez uma pergunta sobre como seria este trabalho,  
80 com o governo federal querendo acabar com as ONGs. E como isso chegaria  
81 nas comunidades quilombolas; acha necessário um encontro Estadual sobre  
82 os Quilombolas. Alice manifestou que o fortalecimento das instituições e  
83 comunidades seria mesmo necessário para vencer esse cenário. Mauricio  
84 falou que o contexto atual é preocupante, visto que colegiados como  
85 Conama e Conaredd correm risco. Desse modo, colegiados como o FMMC  
86 precisam permanecer fortalecidos e integrar as comunidades. Prof<sup>a</sup>  
87 Oscarlina (UFMT) disse ser importante medir o carbono na agricultura  
88 familiar, que diversos estudos realizados apontam que o solo armazena  
89 carbono. Que o desafio é implementar boas práticas e manejo. Ponderou  
90 que a emissão é importante, mas o armazenamento é mais, e que a  
91 academia tem muito a contribuir. Sra Marilia Carnhelutti do Instituto Floresta  
92 de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS) falou sobre o uso do  
93 fogo, manejo do fogo, e que sentia falta desse tema ser discutido no Fórum.  
94 Josevane da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL) agradeceu o

95 convite e disse que o Fórum é importante, e que o mesmo contribuiu muito  
96 para as discussões sobre os temas relacionados no estado. Informou que  
97 tem ido muito a campo, tem participado junto com a Empaer e tem  
98 interesse em saber como desenvolver isso com as comunidades. Alice falou  
99 da programação do Workshop e foi feita uma pausa para o café. Retornou-  
100 se do café com a apresentação do Imaflora sobre como monitorar as  
101 emissões. O sr. Ciniro apresentou o que Imaflora tem trabalhado com  
102 agricultores familiares. Mencionou que o foco seria como estimar o balanço  
103 de carbono e considerou primordial verificar o uso da terra, como se  
104 manejam os sistemas, traçar metas de médio e longo prazo para poder  
105 monitorar emissões e remoções. Após a apresentação de Ciniro, foi aberta  
106 uma sessão de perguntas. A professora Oscarlina comentou que para se  
107 mudar de área degradada para área que captura carbono é necessário um  
108 período mínimo de 5 anos. Marília comentou que com sistemas tipo SAF  
109 demoraria mais ainda. Acredita que com manejo de pastagem a remoção  
110 seria mais rápido. O maior desafio no trabalho com pastagem seria estimar  
111 a lotação, quantas cabeças de gado, a produtividade, além da razão para  
112 monitorar e o custo. Ciniro encerrou o período da manhã e todos foram  
113 convidados para o almoço. O workshop prosseguiu no período vespertino,  
114 com a apresentação de estudos de caso pelo Imaflora e pelo Solidaridad.  
115 Ciniro apresentou casos implementados, como o Novo Campo, em parceria  
116 com o ICV, que trata de recuperação de pastagens degradadas. Maurício  
117 perguntou sobre o fator de emissão para pastagem degradada. Ciniro  
118 respondeu que foi utilizado dado do GHG Protocol. Maurício questionou se o  
119 conceito de pasto degradado não seria muito subjetivo. Ciniro explicou que,  
120 como a pesquisa foi a campo, utilizou-se uma identificação visual. Maurício  
121 perguntou se o fator de emissão para pastagem degradada era alterado  
122 em relação ao período de chuva ou seca. Ciniro explicou que, independente  
123 do período, há características do protocolo para a identificação de área  
124 degradada. Apresentou, então, o projeto de vaca leiteira no Paraguai. Xum-  
125 Xum perguntou sobre a política do leite no Paraguai, se era semelhante ao

126 que ocorre no Brasil, com fomento de produção sem relação à absorção  
127 pelo mercado. Ciniro respondeu que todas as pesquisas indicam  
128 necessidade de aumento de produção. O terceiro projeto apresentado foi  
129 sobre o café em 34 fazendas de SAFs em Minas Gerais. Ciniro explicou que  
130 para cada tipo/espécie de árvore há uma taxa de sequestro de carbono.  
131 Foram utilizados dados do GHG Floresta. O projeto havia incrementado o  
132 sistema de SAF com o plantio de Leucena e Margaridão. Joyce apresentou  
133 projeto de balanço de carbono na produção agrícola familiar na Amazônia.  
134 Mauricio questionou sobre a calibração da calculadora, se haveria um valor  
135 médio para o incremento das culturas. Joyce respondeu que sim, que havia  
136 sido feito uma espécie de "mini-inventário", apoiado por dados secundários  
137 de pesquisas já desenvolvidas. Informou que os dados do cacau haviam sido  
138 estratificados pela idade das lavouras. Cláudia R. S. de Pinho (Rede  
139 Pantaneira) perguntou sobre a metodologia e se, assim como para os  
140 agricultores, já haveria metodologias quanto às comunidades extrativistas,  
141 que são muito mais complexas e necessitariam de mais trabalhos e  
142 pesquisas, a seu ver. Constatou que o Estado não tem dados oficiais sobre  
143 as populações extrativistas e suas produções e que, pelo fato de a  
144 ferramenta colher dados em campo, possibilitaria ter essa visão das  
145 comunidades. Espera que Sema e Seaf se apropriem das ferramentas e as  
146 apliquem nas comunidades. Ciniro ponderou que o mais importante é que  
147 os sistemas de produção identifiquem suas metas para poder aplicar a  
148 metodologia. Xum-Xum comentou que a "conversa" apresentada sobre  
149 metodologia seria para latifúndio. Joyce informou a ele que os casos  
150 mostrados haviam se passado em assentamentos rurais, não propriedade  
151 de larga escala. Já quanto ao extrativismo, ponderou que sim, seria um olhar  
152 diferenciado e inovador. Cláudia exemplificou com o caso do Cumbarú,  
153 produto de sua comunidade. Poder-se-ia haver cálculos sobre essa  
154 atividade e quanto se beneficiaria a sociedade por manter esse  
155 extrativismo. Questionou o custo de ter um técnico para desenvolver tal  
156 metodologia para a comunidade. Alice perguntou se o investimento nesse

157 monitoramento “se pagava”, se gerava benefícios para o produtor a ponto  
158 de cobrir os gastos. Joyce comentou que, pelo carbono e possibilidade de  
159 comercialização de créditos, o ganho é zero, mas que as boas práticas  
160 implementadas geram ganhos em produtividade e renda. Mauricio  
161 comentou que a abordagem proposta por Cláudia seria uma excelente ideia.  
162 Sobre o mercado de carbono, afirmou que, a partir do Acordo de Paris, com  
163 o estabelecimento da NDC brasileira, não há mais transferência de crédito  
164 de carbono, apenas pagamento por resultados, como o REM. Contudo, acha  
165 importante discutir e avançar nessas discussões e se preparar para todas  
166 as possibilidades. Ciniro comentou ser importante avaliar que benefícios  
167 sociais são agregados ao projeto e criar uma narrativa para atrair  
168 investimentos. Josevane (AL) mencionou que há de se falar também do  
169 momento político e essa influência nesse tipo de projeto. Relatou caso da lei  
170 de REDD e do quanto isso evoluiu ao longo do tempo. Avaliou que o FMMC  
171 serve para trazer experiências e conhecimentos que mostrem a todos o que  
172 é possível fazer. Disse que a militância em prol do meio ambiente é difícil.  
173 Ciniro informou que projetos como os relatados geram dados que  
174 provocarão pensamentos e estratégias para mudar a realidade apurada.  
175 Alice organizou as inscrições dos que gostariam de ter a palavra. Estelle  
176 perguntou se houve uso dos resultados alcançados e se houve financiadores  
177 para os casos relatados. Ciniro informou que no caso do Novo  
178 Campo/PECSA, sim, houve financiamento da Althelia, e que os dados do  
179 impacto ajudaram a trazer os recursos. Joyce mencionou que há uma  
180 tendência de reconhecimento de projetos alinhados à questão climática  
181 global. Marília comentou que os dados são importantes para o  
182 “empoderamento” das comunidades. Perguntou se, para escolher um  
183 método, com projeto já em andamento seria preciso saber o potencial de  
184 produção da região para se poder traçar metas e indicadores. Joyce  
185 afirmou que sim. Exemplificou com o caso do cacau. Disse que a partir das  
186 metas seriam escolhidas quais práticas seriam desenvolvidas. Tarcísio da  
187 Silva da Operação Amazônia Nativa (Opan) mencionou ter sentido falta de

188 um escopo, um planejamento mínimo sobre o que se almeja, visando  
189 otimizar a reunião do FMMC e produzir um plano de trabalho. XumXum  
190 perguntou se haveria como trabalhar esse projeto dentro da comunidade.  
191 Citou exemplo do Maranhão e que para a agricultura familiar em  
192 comunidades seria preciso estratégias e logística. Mencionou que as  
193 comunidades poderiam ser mobilizadas pelo exemplo de outro par. Alice  
194 perguntou o que o governo esperava das parcerias da sociedade civil e vice-  
195 versa, em relação ao tema. Mauricio contextualizou a motivação do tema do  
196 dia, provocado na reunião anterior. Falou da relação aumento de  
197 produtividade e redução de emissões. Diego Tenório dos Santos da  
198 Secretária de Estado de Assistência Social e cidadania (Setasc) ponderou  
199 que muito se fala em sustentabilidade ambiental; mas que os filhos não  
200 querem suceder os pais na agricultura familiar devido ao trabalho intenso  
201 na propriedade com pouca renda e baixa qualidade de vida no campo. Disse  
202 que o Estado precisa se organizar para evitar que atravessadores lucrem e  
203 os produtores sofram. Que seriam necessárias políticas estruturantes para  
204 a agricultura familiar; de haver inclusão social na agricultura familiar; e que  
205 seria preciso mensurar o impacto econômico, ambiental e social de ações  
206 como as citadas. Eliani Fachim (CMCR+/SEMA) informou que há um Comitê  
207 Estadual de povos e comunidades tradicionais de Mato Grosso (PCTs) no  
208 estado, antes a cargo da extinta SEJUDH, que está agora com a SETAS.  
209 Trata-se de um espaço importante e que nem todos os povos estão  
210 representados. Além disso, mencionou a importância de se conectar o  
211 conselho dos PCTs ao FMMC. Leonardo (SEAF) explicou o subprograma de  
212 agricultura familiar e PCTs. Mauricio perguntou se as unidades de referência  
213 para a implementação do subprograma já estariam definidas e sugeriu ter  
214 representatividade de pelo menos uma comunidade tradicional e uma  
215 indígena. Leonardo concordou com a sugestão dada, mas informou ser  
216 preciso analisar quais comunidades poderiam participar. Avaliou que  
217 poderia ser um encaminhamento dessa reunião que organizações da  
218 sociedade civil e comunidades tradicionais possam se organizar e estruturar

219 esse trabalho em conjunto, visto que o estado não dispõe de recursos para  
220 atender a todos. Alice questionou o quanto esse instrumento poderia apoiar  
221 e alavancar outros recursos para o público alvo. Ponderou que fazer  
222 levantamento de dados é factível, mas que seria relevante também mudar  
223 cenários atuais. Xumxum pediu um encontro estadual para capacitar os  
224 PCTs nos temas relacionados às mudanças climáticas. Osmano de Freitas  
225 Silva (EMPAER), informou que a Empaer realiza coleta de dados no estado  
226 e que seria interessante verificar se eles já não coletam dados que possam  
227 ser utilizados no balanço de carbono. Ataíde (Quilombola) perguntou se  
228 havia alguém anotando. Parabenizou a fala do Mauricio e reforçou a  
229 importância de dar espaço e atenção às minorias. Carolina (FUNAI) informou  
230 que a lógica de trabalho com as terras indígenas (TI) seria contrária. Seriam  
231 casos de validar o que já se faz. Seria preciso dar mais visibilidade às boas  
232 práticas que já ocorrem. Eduardo (ICV) comentou que estamos passando  
233 por um momento político difícil, mas com muita coisa boa acontecendo.  
234 Expôs que a expectativa não deve ser vender carbono, mas ter impacto  
235 positivo nos âmbitos social, econômico e ambiental. Mencionou que o mundo  
236 demanda cadeias limpas. Avaliou que sentiu falta do setor privado; e de  
237 tratar de como trabalhar esses produtos (das cadeias citadas) no mercado.  
238 Frisou que seria interessante “amarrar” as discussões a algo real: o mercado.  
239 Encaminhamentos: ficou estabelecido que na próxima reunião do FMMC  
240 deve haver uma sessão de informes sobre o que avançou em relação ao  
241 tema discutido. Juraci (SEPLAG) ponderou que a discussão seria  
242 importante, mas que para o tema avançar e a iniciativa ser implementada  
243 no estado, o tema precisaria estar previsto no Plano Plurianual do Governo.  
244 Quanto à análise do solo, citada como importante para o estabelecimento  
245 de metas, informou que o governo possui um mapa de aptidão de solo e  
246 que não seria preciso investir nisso. Ponderou que seria preciso fazer um  
247 estudo de mercado, para não haver excesso de produção ou  
248 implementação de cadeias sem mercado consumidor. Carolina (FUNAI)  
249 solicitou que a FUNAI fosse comunicar formalmente caso optassem por



250 trazer estudos e projetos em TI. Cláudia avaliou que trazer os temas para  
251 debate é importante, pois traz conhecimentos sobre ferramentas.  
252 Perguntou se há pautas e temas previstos para o próximo workshop e se  
253 poderia haver ajuda de custo para os participantes. Mauricio informou que  
254 o benefício de projetos como os citados é mostrar que ao mesmo tempo  
255 que se melhora a produção, melhora-se o ganho econômico e ambiental.  
256 Tarcísio (Opan) sugeriu como tema a produção de material didático para  
257 divulgar o REDD e o REM no interior e nas comunidades. Mauricio falou sobre  
258 a expectativa de replicar uma capacitação feita em 2012 no âmbito do  
259 FMMC pela iniciativa de capacitação Floresta de Conhecimento, custeada  
260 pelo projeto GCF. Solino (CRBio) corroborou a ideia de Tarcísio e avaliou que  
261 as pessoas na ponta do processo pouco sabem sobre as mudanças  
262 climáticas, pois falta divulgação. Encerramento: Não havendo mais  
263 participações inscritas, Mauricio acolheu a sugestão, agradeceu às  
264 contribuições e encerrou a reunião às 17h00 e eu, Caroline Chichorro, lavrei  
265 esta ATA que será assinada pelo Coordenador de Mudanças Climáticas e  
266 REDD+ e por membro da Secretaria Executiva do Fórum Mato-grossense de  
267 Mudanças Climáticas.

268

269

270

271

---  
MAURÍCIO M. PHILIPP  
Coordenador de Mudanças  
Climáticas e REDD+

CAROLINE CHICHORRO  
Membro da Secretaria  
Executiva do FMMC